

EDITORIAL

A menina e as asas

*Marcolina sabia muitas histórias.
aquelas que mamãe contava
outras que lera nos livros
também as de sua imaginação.*

*Mas agora torce o nariz
quando percebe a repetição:
o cavalo de asas, o peixinho de asas,
o burro de quatro asas
e até as asas de um herói grego
derretendo no calor do sol.*

*“Por que tantas histórias iguais?”
quer saber Marcolina
imaginando a bicharada voar sem direção.
“Se todos tivessem asas, que seria do céu?”*

*“Em que pedaço de nuvem dormiria o elefante?
Será o leão, parecido com anjo,
deixaria em paz o veado voador?”
la ser uma grande confusão.
E os passarinhos, coitados,
teriam que andar no chão.*

Ao evocarmos esta poesia de Fernando Paixão para abirmos este editorial, convidamos você a refletir sobre os múltiplos caminhos, a diversidade de formas e a heterogeneidade de histórias que poderiam um professor escolher para orientar sua prática docente e, conseqüentemente, a aprendizagem das crianças e dos adolescentes. Além disso, você perceberá, por esta poesia, que cada sujeito que vem para a escola traz consigo muitas histórias e vem aprendendo por meio de múltiplas formas [...]. Portanto, em se tratando de analisar “Práticas e Pesquisa sobre o processo de implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos”, percebemos, também, que esta multiplicidade e heterogeneidade de olhares dos diferentes pesquisadores também foram observadas e evidenciadas em seus trabalhos que esta edição apresenta.

Paula e Demenech focaram seus olhares para a antecipação da idade, cinco anos, no que diz respeito à implantação do Ensino Fundamental de nove anos no Oeste do Paraná. A pesquisa mostra que dezenove municípios desta região matricularam as crianças de cinco anos, ao longo de 2010, no Ensino Fundamental, em detrimento da possibilidade de matrículas na Educação Infantil. Ao contrário da política, a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos se tornou antecipação de idade.

Com foco na compreensão do que significa esta política para o Ensino Fundamental de nove anos, o estudo de Franco e Godói se preocupou em analisar quais os sentidos e os significados, a partir das contribuições da teoria histórico-cultural, desta política para professoras da pré-escola e da alfabetização do Município de Curitiba/PR. A principal compreensão evidenciada pelas professoras participantes da pesquisa significa ‘uma pré-escola obrigatória’. Em síntese, o estudo indica que as práticas dessas professoras permanecem inalteradas e, portanto, a política não foi compreendida nos termos em que fora criada e implantada.

Já Reis e Oliveira investigaram a percepção da implantação do Ensino Fundamental de nove com os pais, os professores e as próprias crianças do primeiro ano no interior do Estado de Minas Gerais. A pesquisa aponta, pelos depoimentos desses sujeitos envolvidos no estudo, que a implantação da proposta prevista nesta política do Ensino Fundamental foi aligeirada. Pelos resultados, as autoras indicam que não houve um preparo devido para os professores e nem adaptação dos espaços para a recepção de crianças nessa faixa etária. Afirmam, no desenvolvimento do texto, que os depoimentos das crianças, pais e professores foram expressivos para a conclusão desses resultados. Argumentam, ao final do estudo, que “[...] compreender os sujeitos destas etapas da educação

como crianças [...] e não apenas como 'alunos' [...]” é fundamental, pois a condição própria das infâncias não que ser consideradas.

Partindo dessa crença em relação às crianças de seis anos de idade que agora ingressam no Ensino Fundamental, Marega e Sforzi investigaram como o ensino pode ser organizado, levando em conta a transição da atividade lúdica para a atividade de estudo. Durante a pesquisa realizaram um experimento com as crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental do Município de Maringá/PR. As autoras concluíram que tanto o brincar quanto as atividades de estudo são permeadas por conteúdos. No entanto a ação pedagógica pode se fazer distinta nesse processo de transição. Portanto afirmam que, pelas atividades lúdicas, as crianças podem avançar para além da reprodução de conteúdos factuais ainda presentes no cotidiano escolar. Desta forma, acreditam que as crianças podem alargar seus horizontes e orientar-se pelo conhecimento científico presente no currículo escolar.

Lira, Machado e Fassini corroboram com o estudo anterior. Seu texto foi construído numa perspectiva que problematiza a prática pedagógica, as metodologias que serão utilizadas pelos professores para trabalhar com as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos. Suas preocupações e reflexões se apoiam em Kramer (2006), Barbosa (2006) e Gorni (2007). As autoras explicam que há certa insegurança em torno da organização do Ensino fundamental, pois temem que no cotidiano escolar os professores possam impor às crianças atividades que desconsiderem o lúdico previsto nas atividades curriculares propostas.

Ainda na linha do currículo para esta modalidade educacional, Silva, Uzêda e Almeida colocam em relevo as relações entre espaço escolar, espaço social e a organização do ensino. Os autores concluem, pela pesquisa realizada, que o espaço escolar, com a inclusão das crianças de seis anos no Ensino Fundamental, não rompe com as fronteiras da formalidade no ensino obrigatório. Além disso, explicam terem percebido uma relação direta entre lugares sociais e lugares escolares no que se refere a esta política pública. Em suma, argumentam que a equalização desses espaços são “[...] condições para que o ensino fundamental de 9 anos se materialize como estratégia de ampliação do acesso à educação”.

Já Durli e Schneider também focam sua atenção no âmbito do currículo, no entanto seus olhares se dirigem em direção às políticas de regulação do currículo no Ensino Fundamental de nove anos. As autoras analisam as estratégias do Estado em relação ao controle do currículo nesta empreitada. Citam a Prova Brasil como o principal mecanismo regulador em amplo espectro, ao cotejar os componentes técnicos e sociais desta política de avaliação nacional da educação. Por fim, discutem os impactos dessa regulação no âmbito das práticas curriculares no contexto de implantação dessa política nas escolas.

Nogueira e Peres mapearam o “estado da arte” em relação a dissertações e teses defendidas no período de 2006-2010 que tinham como objeto de estudo o Ensino Fundamental de nove anos. As autoras identificaram trinta e seis estudos realizados (entre teses e dissertações) neste período. Os principais focos pesquisados variaram entre quatorze aspectos relacionados a esta política, entre os quais foram destacados: a política de implantação, os significados atribuídos pelos professores à política em questão, a alfabetização e o letramento, a infância e as relações entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Pelo fato de a temática ser recente, as pesquisadoras advertem que há necessidade de muitas pesquisas ainda no sentido de avaliar os impactos e os resultados dessa mudança no Ensino Fundamental.

Na mesma linha, Sarmiento, Silva e Pauly também realizaram um mapeamento de teses e dissertações sobre a temática, tomando por base o banco de dados da CAPES. Destacaram a identificação de trinta e uma dissertações e uma tese, defendidas no período de 2006-2009. As autoras observam que entre os vários enfoques pesquisados sobre o Ensino Fundamental, nenhuma das pesquisas apresentou resultados de práticas de sucesso em relação ao processo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos, que poderiam constituir-se como referência para a elaboração de propostas e pudessem qualificar o projeto para o Ensino Fundamental.

Tendo em vistas as grandes preocupações em torno da infância nesta política de nove anos para o Ensino Fundamental, Valença apresenta algumas contribuições relacionadas à Sociologia da infância e à educação das crianças. A autora faz uma caracterização bibliográfica em torno desta temática e, em consequência, capta a figura da “infância transnacional”, hoje caracterizada pela influência

de contextos transnacionais mediados pela comunicação em rede e uso de artefatos tecnológicos. Por fim, concluem que, em decorrência disso, as relações entre professores e alunos carecem de uma autoridade mais horizontal entre ambas as categorias.

Por fim, Neves e Leite apresentam ainda um último artigo nesta edição, o qual trata de alguns aspectos relacionados ao estatuto epistêmico das pesquisas em educação. As autoras fazem um percurso analítico durante o período do Iluminismo por entender que foi aí que se constituíram as principais bases de idealização e forma de se fazer pesquisa em educação. Argumentam que uma ampliação da compreensão do estatuto epistêmico da Ciência, nesta direção, pode trazer um repensar em profundidade sobre a complexidade que envolve o mundo da pesquisa em educação.

Para finalizarmos, trazemos à baila o artigo de Moustaphe-Sabeur acerca das estratégias de voz empregadas por professores libaneses no ensino da Língua Francesa para estrangeiros. O artigo propõe uma nova dimensão de pesquisa sobre as estratégias de voz dos professores na motivação dos alunos para aprender a língua. Toledo e Ruckstadter apresentam reflexões acadêmicas sobre o antijesuitismo no século XVIII e Vaz e Tassoni escrevem uma resenha cujo título é "Alfabetização e Letramento" de Leite, Coelho e Arantes (2010).

Diante do exposto, convidamos todos/as para uma agradável leitura. Agradecemos aos autores/as e aos avaliadores por suas preciosas contribuições a este número da revista e dedicado trabalho!

A Comissão Editorial